



Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União

RREO em Foco

MINISTRO DA ECONOMIA
Paulo Roberto Nunes Guedes

SECRETÁRIO ESPECIAL DA FAZENDA
Waldery Rodrigues Júnior

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Bruno Funchal

SECRETÁRIO-ADJUNTO
Otávio Ladeira de Medeiros

SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA
Gildenora Batista Dantas Milhomem

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE DA UNIÃO
Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

COORDENADOR DE SUPORTE À CONTABILIDADE DA UNIÃO
Luciano Moura Castro do Nascimento

GERENTE
Henrique Guilherme do Amaral Santos

EQUIPE TÉCNICA
Rubem Mateus de Arruda Ziegler
Sandro Alex Bezerra Vieira

Novembro de 2020

Sumário

Anexo 4

Port. STN 641/2019

Demonstrativos do RGPS e do RPPS

Anexo 7

Port. STN 641/2019

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Anexo 8

Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo 12

Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Despesas com Saúde

Tabela 1

Demonstrativo de Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo

COVID-19

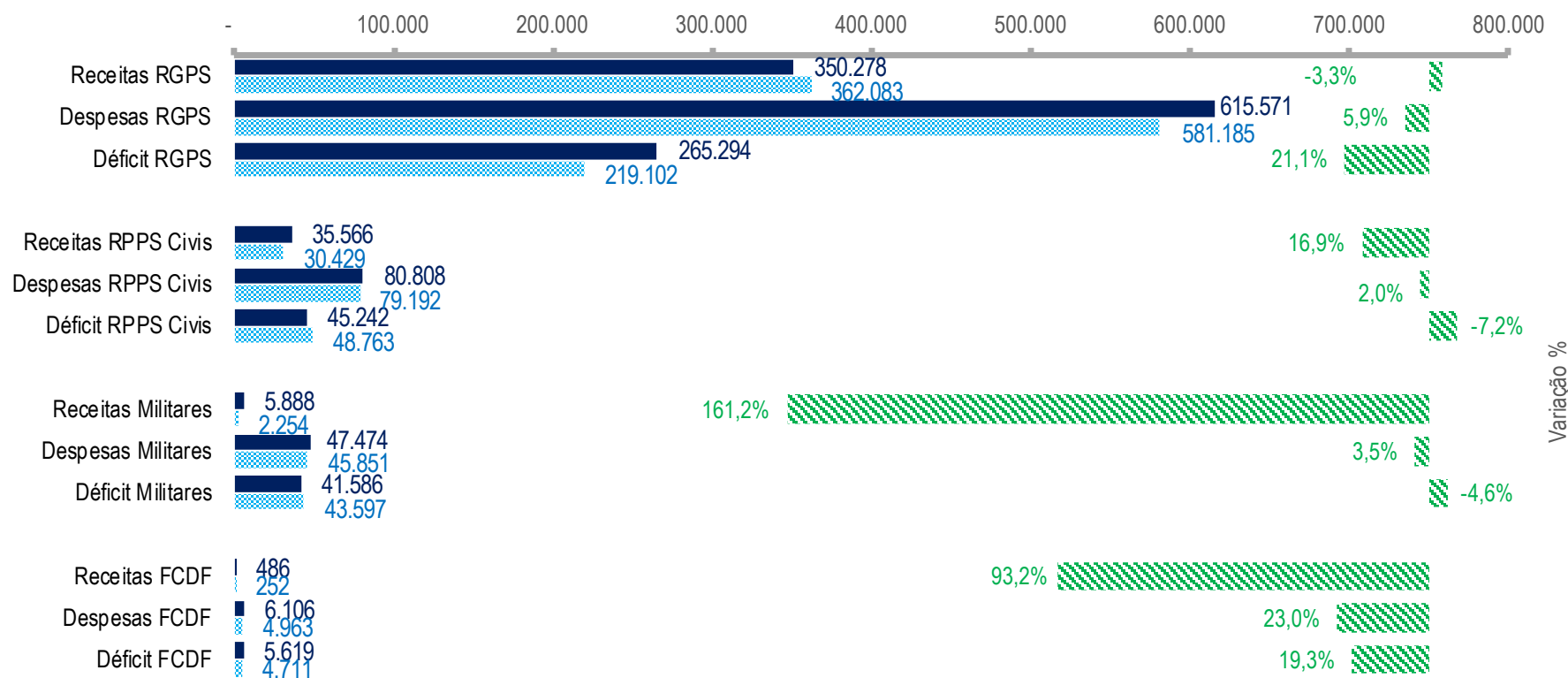
Monitoramento dos Gastos da União com COVID-19

Anexo 4

Port. STN 641/2019

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas – até Novembro/2020 (R\$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior. Valores em vermelho significam redução ou queda no montante do período anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

- 2020
- 2019
- % 2020/2019

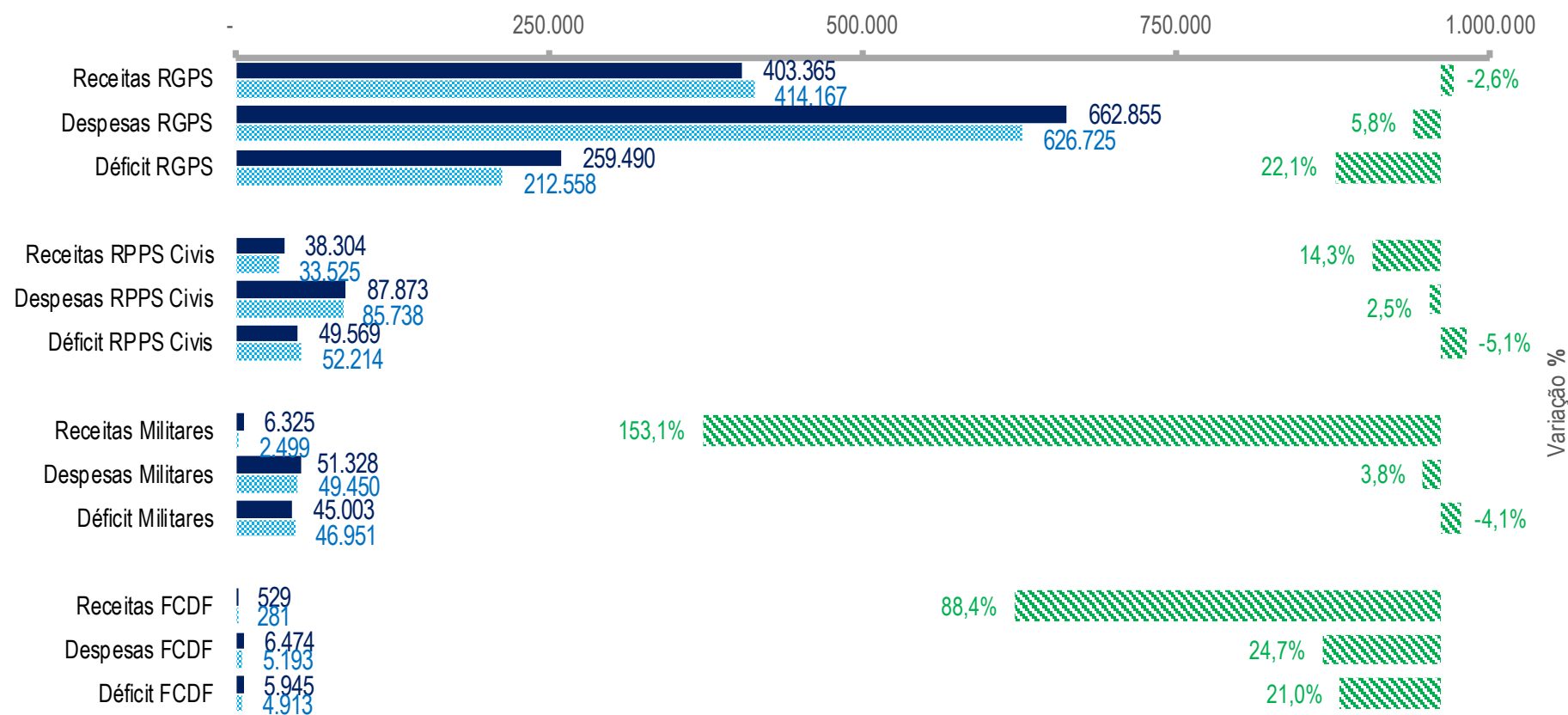
Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2020, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 4

Port. STN 641/2019

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - Acumulado últimos 12 meses

O gráfico abaixo resume os resultados do mês de referência somado aos onze meses anteriores, comparando com igual período do exercício anterior. Valores em vermelho significam redução ou queda no montante do período anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

- Dez/2019 a Nov/2020
- Dez/2018 a Nov/2019
- % Comparação

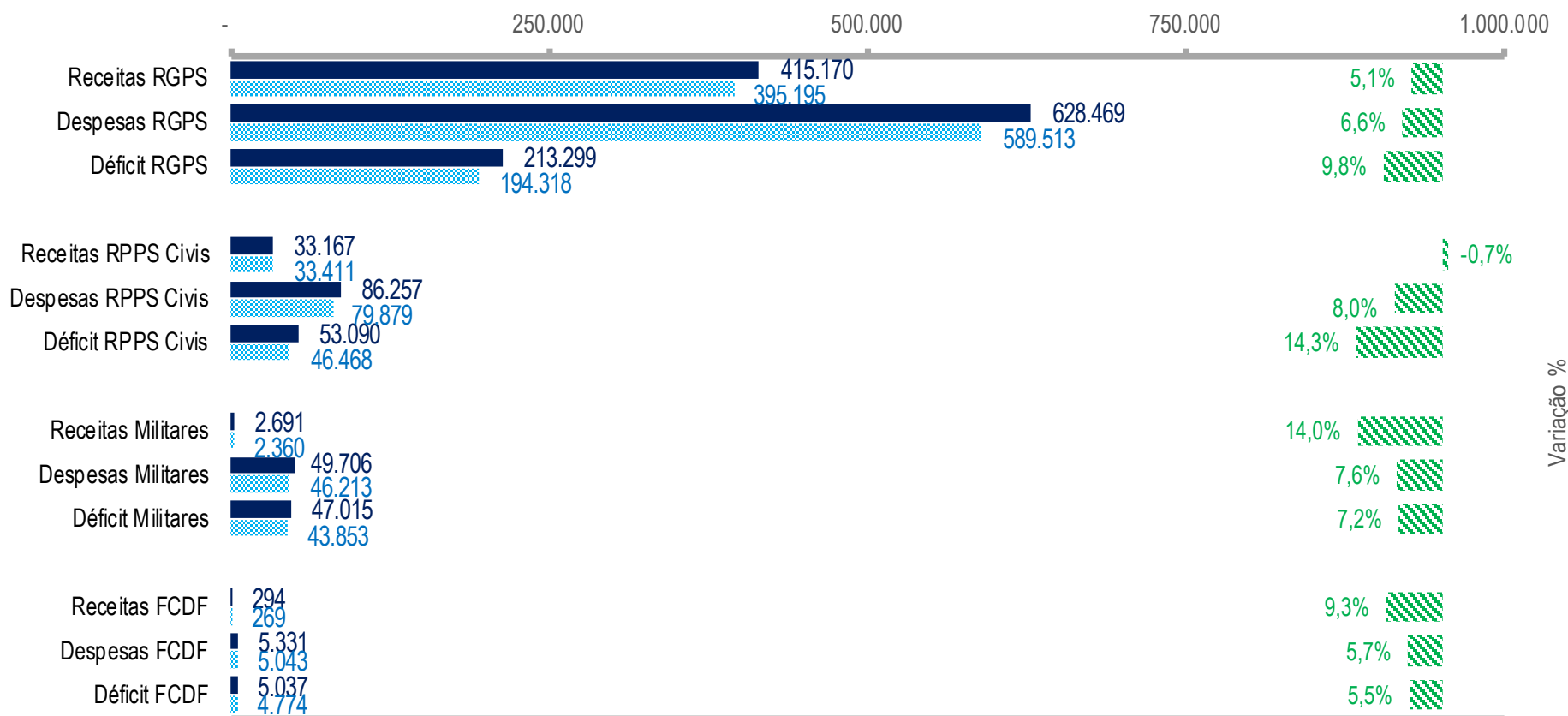
Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2020, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 4

Port. STN 641/2019

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - 2019 e 2018 (R\$ milhões)

O gráfico abaixo compara os dois últimos exercícios anteriores fechados.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

- 2019
- 2018
- % 2019/2018

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Anexo 4 – Previdência.

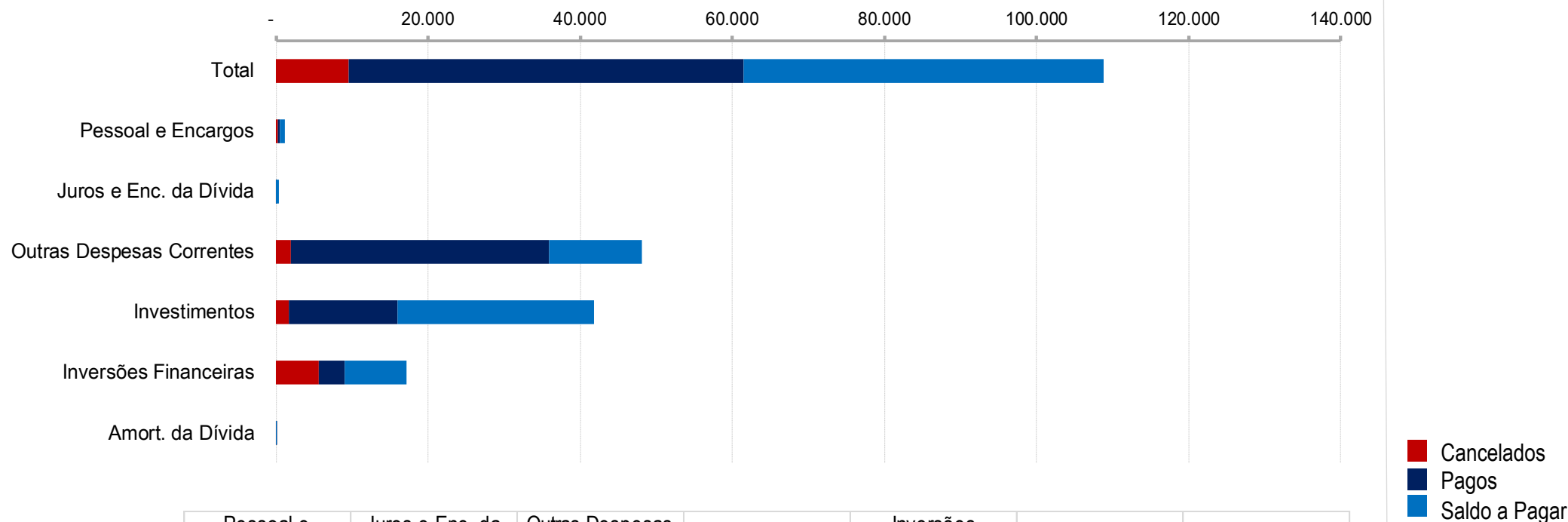
Anexo 7

Port. STN 641/2019

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar não-Processados até Novembro/2020 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar não-Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos e que ainda não haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



Em R\$ milhão	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
■ Cancelado	219	4	1.935	1.745	5.648	49	9.600
■ Pagos	363	26	33.947	14.209	3.356	3	51.903
■ Saldo a Pagar	586	367	12.180	25.926	8.176	53	47.288
Total	1.168	397	48.062	41.879	17.180	105	108.791

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2020, Anexo 7.

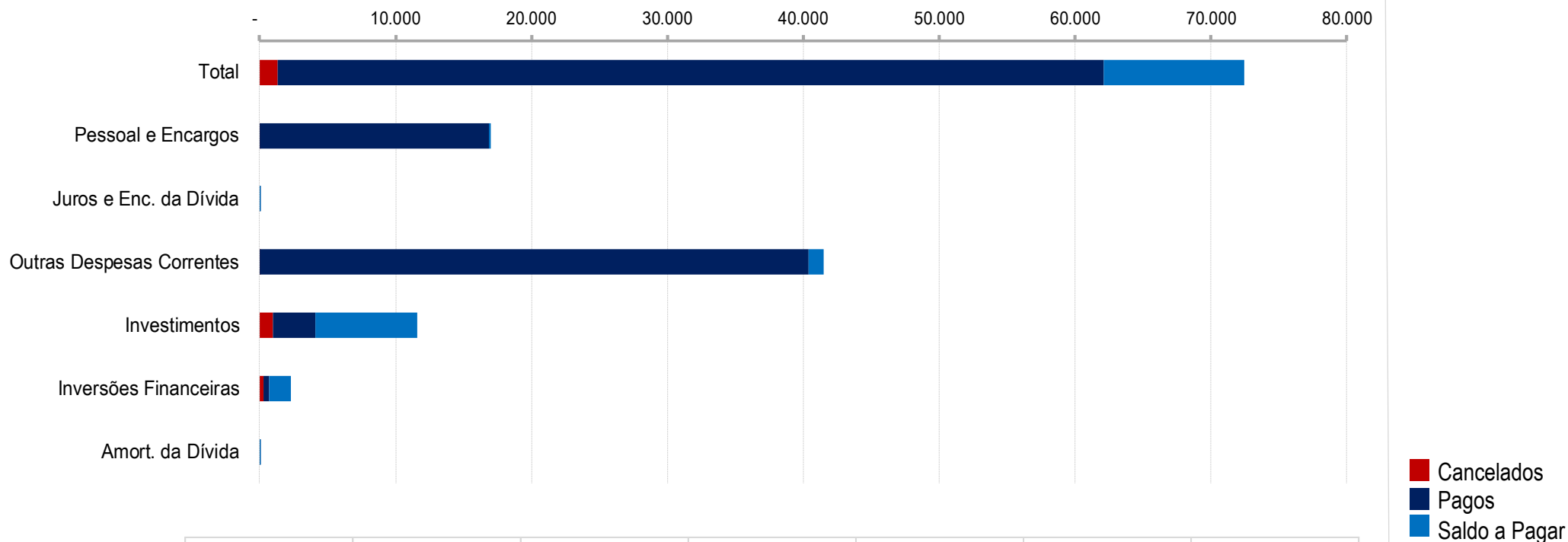
Anexo 7

Port. STN 641/2019

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar Processados até Novembro/2020 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos que já haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



Em R\$ milhão	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
■ Cancelado	5	-	38	973	276	-	1.292
■ Pagos	16.880	0	40.358	3.141	400	4	60.783
■ Saldo a Pagar	102	1	1.123	7.466	1.652	4	10.349
Total	16.987	1	41.519	11.579	2.329	8	72.423

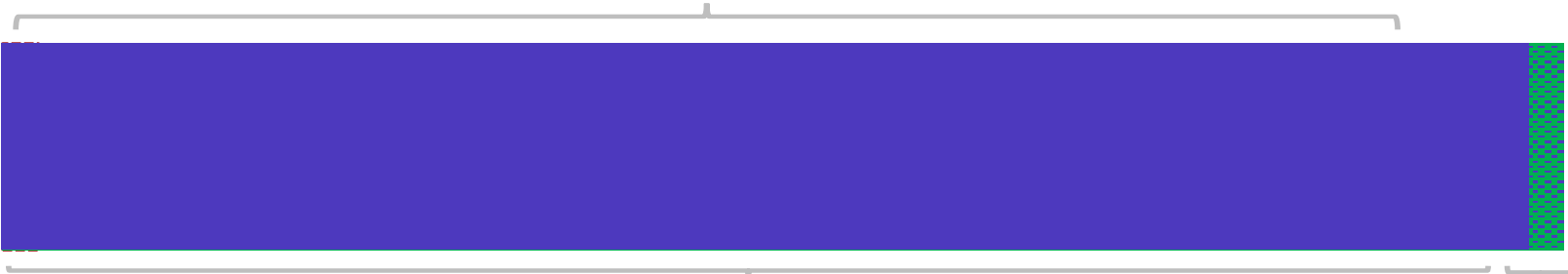
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2020, Anexo 7.

Anexo 8
Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Novembro/2020 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União deve aplicar em despesas com MDE o valor equivalente ao limite mínimo do exercício anterior, corrigido pelo IPCA de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Tal verificação se faz em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.

Executado 102,3% do limite mínimo



Limite mínimo: R\$ 54.4 bi

R\$ 1,3 bi acima do mínimo

Comparação Despesas Executadas (em Novembro) X Limite Mínimo (em Dezembro)

Limite de Educação	DEZ/2008	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	NOV/2020
Despesas Executadas com Educação	19,2	24,4	30,9	39,8	56,0	53,9	56,8	55,8	66,7	63,2	64,4	63,0	55,7
Limite Mínimo (em Dezembro)*	18,2	21,0	28,7	37,0	39,4	43,0	44,2	42,7	46,6	49,0	50,5	52,7	54,4
Despesa Excedente ao Mínimo	0,9	3,3	2,2	2,8	16,6	10,9	12,6	13,1	20,1	14,2	14,0	10,4	

Receita Líquida de Impostos (RLI)

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

*Na vigência da EC Nº 95 (Novo Regime Fiscal), o limite mínimo com educação, a partir de 2018, será o limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo corresponde a 18% da RLI do exercício.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2020, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 8

Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Novembro/2020

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com MDE até o mês de Novembro/2020, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

R\$ Bilhões

De Janeiro a Novembro	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2020	54,44	55,71	102,3%
2019	52,67	53,05	100,7%
2018	50,45	55,80	110,6%
2017	48,98	53,42	109,1%
2016	46,58	54,95	118,0%
2015	46,54	51,59	110,8%
2014	44,19	46,33	104,8%
2013	43,03	39,03	90,7%
2012	39,39	39,18	99,5%
2011	36,99	28,71	77,6%
2010	28,72	23,45	81,7%
2009	21,02	18,15	86,3%

Receita Líquida de Impostos

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

*Na vigência da EC Nº 95 (Novo Regime Fiscal), o limite mínimo com educação, a partir de 2018, será o limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo corresponde a 18% da RLI do exercício.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2020 e anteriores, Anexo 8 –Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 12

Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Novembro/2020 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União deve aplicar em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) o valor equivalente ao limite mínimo do exercício anterior, corrigido pelo IPCA de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Tal verificação se faz em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.

Executado 110,8% do limite mínimo



Limite mínimo: R\$ 121.2 bi

R\$ 13,0 bi acima do mínimo

Comparação Despesas Executadas (em Novembro) X Limite Mínimo (em Dezembro)

Limite de Saúde	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	NOV/2020
Despesas Executadas com Saúde	58,3	62,0	72,4	80,1	83,1	91,9	100,1	106,2	114,7	116,8	122,3	134,3
Limite Mínimo (em Dezembro)	55,0	61,2	72,1	79,5	82,9	91,6	98,3	95,4	109,1	112,4	117,3	121,2
Despesa Excedente ao Mínimo (no ano)	3,3	0,7	0,2	0,6	0,1	0,3	1,7	10,9	5,6	4,5	5,0	

Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2020, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Anexo 12

Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Novembro/2020

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com ASPS até o mês de Novembro/2020, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

R\$ Bilhões

De Janeiro a Novembro	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2020	121,25	134,30	110,8%
2019	117,29	96,63	82,4%
2018	112,36	97,21	86,5%
2017	109,09	90,91	83,3%
2016	95,37	87,65	91,9%
2015	98,31	85,16	86,6%
2014	91,61	79,16	86,4%
2013	82,91	67,19	81,0%
2012	79,51	61,01	76,7%
2011	72,13	55,35	76,7%
2010	61,23	50,25	82,1%
2009	54,96	44,64	81,2%

Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

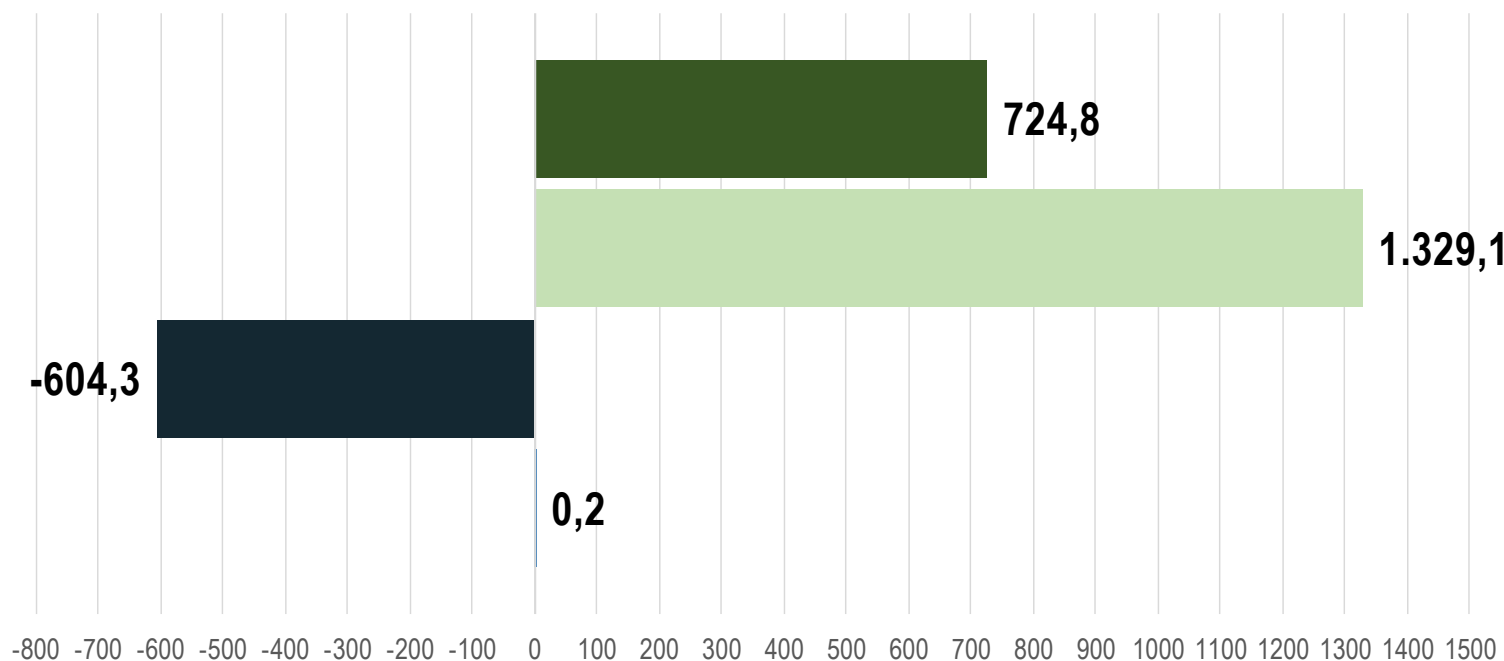
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2020 e anteriores, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Novembro/2020 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra as receitas e despesas da Seguridade Social, assim como o resultado, líquidos das desvinculações de receitas (DRU).



	R\$ bilhões
Receitas da Seguridade Social	725
Despesas da Seguridade Social	1.329
Resultado	-604
DRU	0

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2020, Tabela 1-A – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Novembro/2020 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a apuração do Resultado da Seguridade Social até Novembro de 2020, comparando com o mesmo período de exercícios anteriores.

Receitas da Seguridade Social	EXERCÍCIO								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RGPS	239,67	267,89	295,92	304,90	315,63	332,24	343,11	362,08	350,28
RPPS - Civil	20,94	22,57	24,55	26,39	27,41	30,77	30,56	30,68	36,05
Pensões Militares	1,83	1,94	2,14	2,43	2,61	3,00	2,11	2,25	6,33
Demais (COFINS, CSLL e Outros)	205,59	220,48	235,55	241,78	287,15	238,75	259,03	260,74	296,03
Total das Receitas	468,03	512,88	558,16	575,49	632,78	604,75	634,81	655,76	724,82
Despesas da Seguridade Social									
Despesas do RGPS	298,62	337,07	370,73	406,04	472,57	519,22	543,97	581,18	615,57
Saúde	61,01	67,19	79,16	84,57	87,65	90,91	97,21	96,63	134,30
Assistência Social	49,89	56,28	62,29	66,03	71,45	76,05	80,20	83,72	384,22
RPPS - Civis (inclusive FCDF)	54,22	58,76	59,09	63,82	67,17	75,31	78,14	84,15	86,91
Seguro Desemprego	25,57	28,14	31,71	34,33	34,07	34,45	33,05	33,91	37,03
Demais Despesas	17,52	20,09	22,48	24,80	25,59	29,84	32,39	31,76	31,74
Pensionistas Militares	21,54	23,02	29,35	32,39	15,95	17,67	19,76	21,13	21,59
Abono Salarial	11,44	13,47	15,33	8,54	16,69	14,53	15,65	15,94	17,76
Total das Despesas	539,81	604,03	670,16	720,51	791,14	857,98	900,38	948,43	1.329,12
Resultado									
Resultado da Seguridade Social	-71,77	-91,15	-111,99	-145,03	-158,35	-253,23	-265,57	-292,66	-604,30
Receitas Desvinculadas (DRU)	50,31	52,28	54,79	55,80	85,88	92,18	100,55	100,83	0,18
Resultado com Receitas Desvinculadas	-21,46	-38,88	-57,21	-89,23	-72,47	-161,06	-165,02	-191,84	-604,12

Receitas da Seguridade Social

Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social

A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

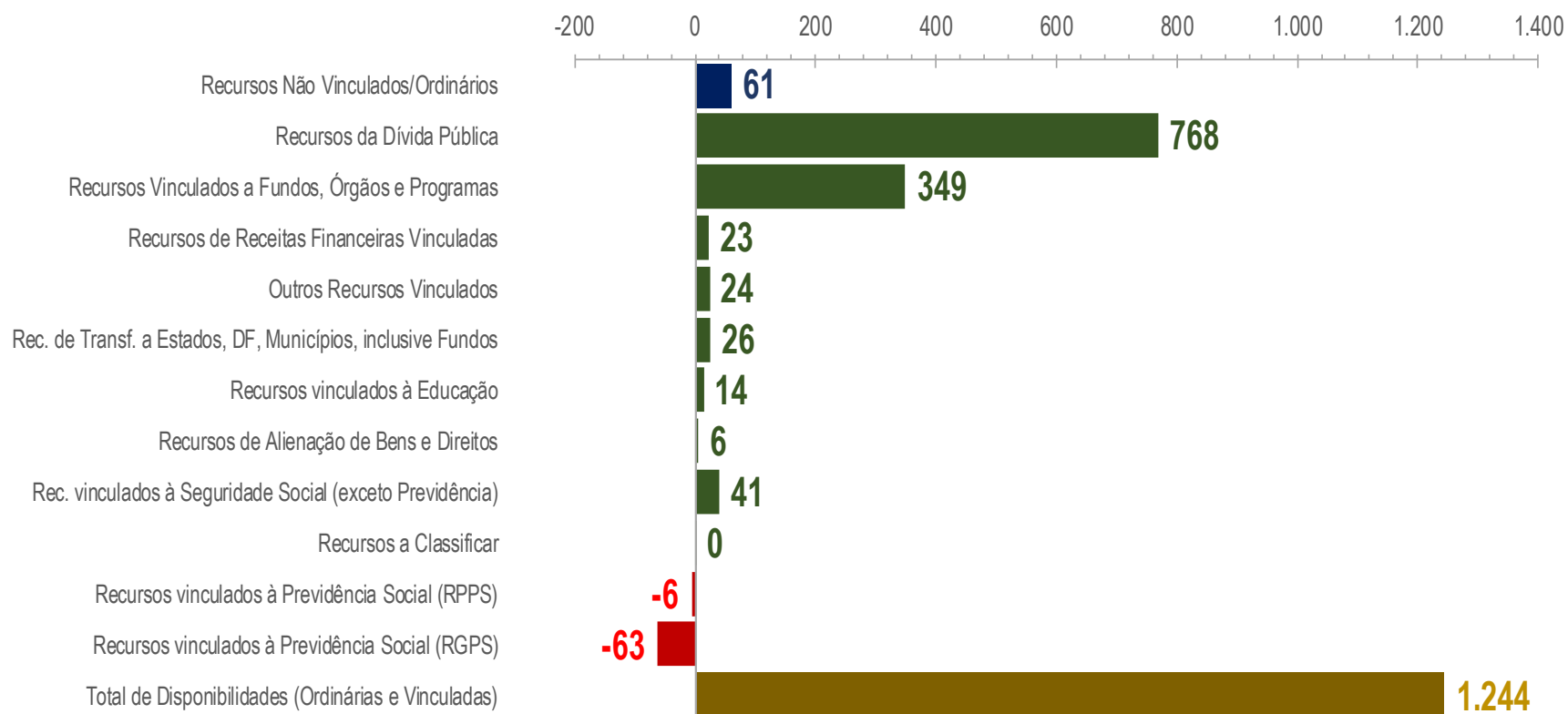
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2020 e anteriores, Tabela 1 – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Disponibilidade de Caixa (Poder Executivo)

Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de destinação de recursos até Novembro/2020 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em Novembro/2020, por grupo de destinação de recursos, após dedução das obrigações financeiras, para o Poder Executivo.



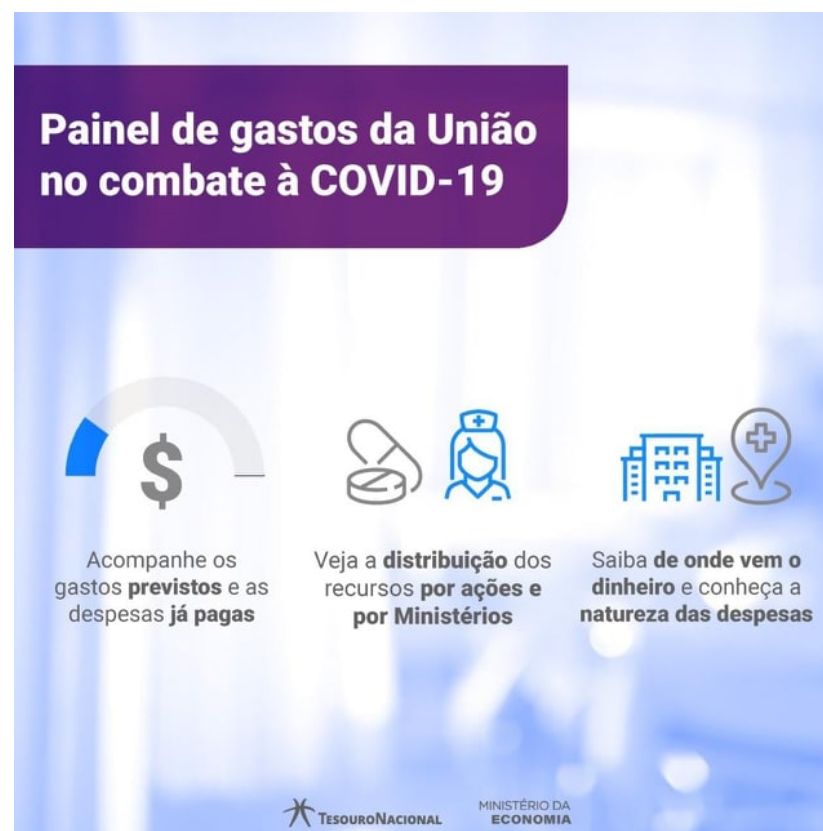
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2020, Tabela 4 – Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo.

COVID-19

Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19

Painel detalhado da execução das despesas com COVID-19

Para acompanhar a execução dos valores gastos com o combate e as medidas econômicas para lidar com a COVID-19, consulte nosso painel de monitoramento em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>



Fonte: Painel de Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19 no Tesouro Transparente.